

Exmo(s). Senhor(es) Gerente(es)

N/ ref.ª: RQI 9382/2019 – PAQ 2011/19

ASSUNTO: Convite à apresentação de proposta**Consulta Prévia n.º 88/2019/DICP – T – 61/2019 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA (código CPV 71240000-2 - Serviços de arquitetura, engenharia e planeamento)****I – ENTIDADE ADJUDICANTE**

A entidade adjudicante é o Município de Leiria, sita em Largo da República, 2414-006 Leiria, com o número de telefone 244 839 545 e com o endereço de correio eletrónico dicpemeitadas@cm-leiria.pt e plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com.

II – DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão foi tomada por despacho do senhor presidente / senhora vice-presidente da Câmara Municipal de Leiria.

III – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO

O presente procedimento por consulta prévia é efetuado nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

IV – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

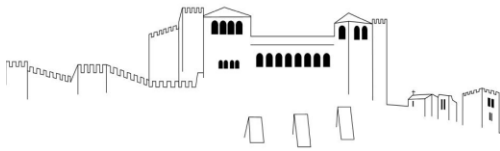
- Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos, bem como a lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com, no **primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.
- Os esclarecimentos serão prestados Júri do Procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação de propostas, nos termos do artigo 116.º do CCP, uma vez que aquele prazo é inferior a 9 dias.
- No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, bem como proceder às retificações sobre as peças procedimentais.
- Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

V - CONCORRENTES

- É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
- Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP;
 - Reúnam todos os requisitos legais constantes deste procedimento.

VI – PROPOSTA

- O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- Na proposta o concorrente deverá indicar o preço total do serviço, de acordo com o **anexo III**.



Município de Leiria Câmara Municipal

3. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos, e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
4. Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 casas decimais.
5. As propostas terão de ser apresentadas na plataforma eletrónica www.anogov.com, contendo **assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
6. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

VII – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** (de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, devendo especificar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão:
 - i) **Proposta de preço total**, em conformidade com o **anexo III**, apenso ao presente convite;
2. Poderá ser junto à proposta a certidão do registo comercial (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
3. Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto nos artigos n.º 4 do artigo 57.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assistente.
5. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

VIII – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com, até às **23h59 do 4.º dia** a contar da data de notificação do convite (data e hora referidas na referida plataforma).
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas na alínea anterior.
3. O concorrente deverá prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 desta Cláusula.

IX – PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

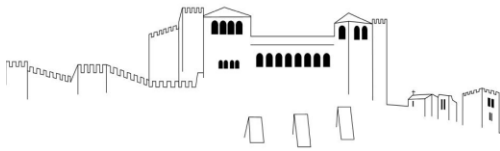
O prazo da obrigação de manutenção da proposta será de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

X – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes dos artigos 70.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
2. A adulteração do anexo III (Proposta e lista de preços unitários) disponibilizado pela entidade adjudicante poderá constituir também causa de exclusão da proposta.
3. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração os documentos exigidos no presente convite, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, que contenham os atributos da proposta e que o concorrente considere indispensáveis para avaliação da mesma.

XI - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço.
2. Em caso de empate será realizado um sorteio de bolas, a realizar em ato público a convocar pelo júri do procedimento, por forma a seleccionar a proposta a adjudicar.



XII – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 3 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos - de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
- b) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Declaração de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da entidade, bem como de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- e) Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar (certidão permanente ou documento equivalente).

2. O adjudicatário deverá, ainda, no mesmo prazo, entregar os seguintes elementos indispensáveis à outorga do contrato:

- a) N.º de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade / N.º de Contribuinte / Naturalidade e residência da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato;
- b) Documento(s) comprovativo(s) de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal.

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 2 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

4. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

6. Podem ainda ser solicitados, pelo órgão competente, ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo razoável para o efeito.

XIII – RETENÇÃO DO VALOR DOS PAGAMENTOS A EFETUAR

De acordo com o n.º 3 do artigo 88.º do CCP, o Município irá proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

XIV - ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

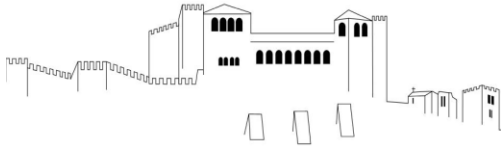
XV - RECLAMAÇÃO CONTRA A MINUTA

1 - Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.

2- Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

XVI – CADERNO DE ENCARGOS

Faz parte integrante do presente ofício convite, o Caderno de Encargos.



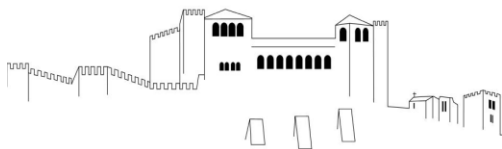
Município de Leiria
Câmara Municipal

XVII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que o presente convite for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



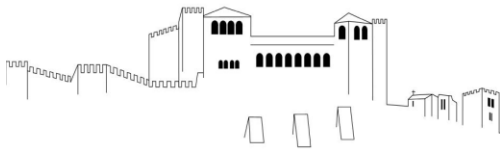
Município de Leiria
Câmara Municipal

ANEXOS

Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP

Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

Anexo III – Modelo de Proposta base (Atributo Preço), (ficheiro em excel)

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

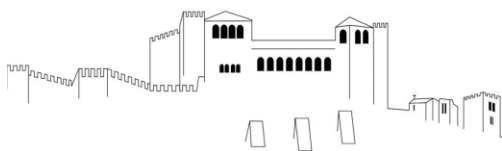
⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

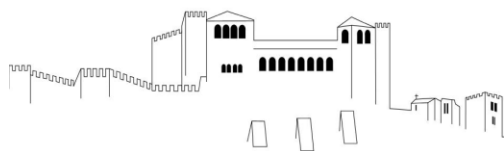
⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

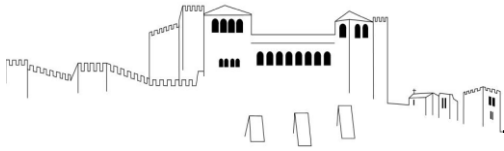
[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]



Município de Leiria
Câmara Municipal

ANEXO III

Proposta base (Atributo Preço)
[Ficheiro em excel]



Município de Leiria
Câmara Municipal

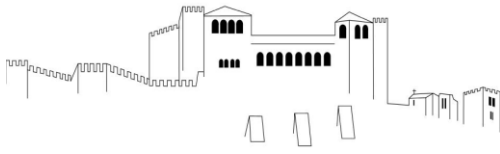
Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

**T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO
- LEIRIA**

ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

Consulta prévia

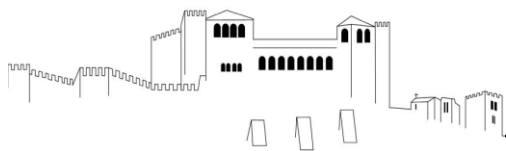
CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE DO CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS GERAIS

1. Disposições gerais.
2. Objeto e objetivos do procedimento.
3. Obrigações do adjudicatário.
4. Projectos de execução.
5. Acompanhamento dos projetos de execução.
6. Alterações exigidas.
7. Assistência técnica aos projetos de execução.
8. Exemplares a fornecer à Câmara Municipal de Leiria e modo de apresentação.
9. Local e prazos de entrega dos projetos de execução.
10. Prorrogação dos prazos contratuais.
11. Penalidades.
12. Rectificação de trabalhos.
13. Rescisão do contrato.
14. Honorários e pagamentos ao adjudicatário.
15. Obrigações do primeiro outorgante.
16. Recursos.
17. Objecto do dever de sigilo.
18. Preço contratual.
19. Condições de pagamento.
20. Seguros.
21. Resolução de litígios.
22. Subcontratação e cessão da posição contratual.
23. Comunicações e notificações.
24. Contagem de prazos.
25. Legislação aplicável.



T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

CADERNO DE ENCARGOS



CLÁUSULAS GERAIS

1. Disposições gerais:

1.1. Disposições e cláusulas por que se rege a prestação de serviço:

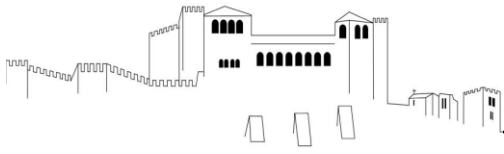
1.1.1. A prestação de serviço objecto do contrato e todos os actos que ao mesmo digam respeito obedecerão ao presente caderno de encargos.

Para o seu cumprimento o adjudicatário atenderá:

- a) Ao caderno de encargos e demais peças escritas e desenhadas, bem como ao estabelecido em todos os documentos que deles fazem parte integrante ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre a Câmara Municipal de Leiria e o adjudicatário;
- b) Aos regulamentos dos organismos de classe que regulam o exercício da sua actividade profissional e de todos os indivíduos ao seu serviço, neste projecto, independentemente da sua qualificação e do regime de prestação de serviço;
- c) Às melhores técnicas de execução de cada um dos trabalhos do plano estratégico de drenagem pluvial para a cidade de Leiria;
- d) Aos regulamentos técnicos, normas e especificações e legislação em vigor;
- e) Às conclusões das reuniões de acompanhamento, com os elementos indigitados para o efeito;
- f) Às alterações que venham a ser necessárias e que lhe forem determinadas pela Câmara Municipal de Leiria, mesmo que não sejam explícitas nos termos do concurso e que não adulterem os pressupostos do mesmo.

1.1.2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) da cláusula 1.1.1, consideram-se integrados no contrato o caderno de encargos, proposta do adjudicatário, bem como ao estabelecido em todos os documentos que deles fazem parte integrante e ou todos os outros documentos que sejam referidos neste caderno de encargos.

1.1.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

1.2. Regras de interpretação dos documentos que regem os trabalhos:

- 1.2.1. As divergências que, porventura, existam entre os vários documentos que se considerem integrados no contrato, nomeadamente os referidos no número anterior, se não puderem ser solucionados pelos critérios legais de interpretação, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.
- 1.2.2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1.1.3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (*doravante designado por CCP*) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

2. Objeto e objetivos do procedimento:

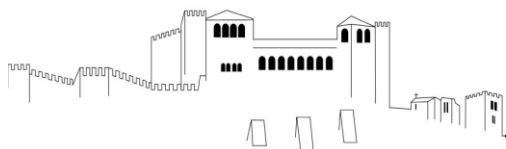
- 2.1 O presente procedimento tem como objeto e objetivos os serviços a prestar referentes à "**ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA**", de acordo com o ofício convite e caderno de encargos.

3. Obrigações do adjudicatário:

- 3.1. O adjudicatário obriga-se a reconhecer localmente os terrenos de implantação, sendo da sua responsabilidade verificar todas as implicações no projecto, não se responsabilizando ao Município de Leiria por qualquer tipo de inexactidão nos elementos desenhadas fornecidos ao concorrente.
- 3.2. Devem os autores dos projetos de execução inteirarem-se junto das entidades competentes e comunicar ao Município de Leiria, sobre quaisquer condicionalismos que possam dificultar o licenciamento e/ou a aprovação.
- 3.3. O Município de Leiria irá promover as diligências necessárias, e, suportar todos os encargos, respeitantes ao licenciamento/ aprovação/certificação dos projetos de execução que venham a ser elaborados, junto das entidades competentes, sendo da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento e organização de todos os exemplares (quantidade e formato exigível) dos processos necessários para o efeito, segundo a legislação e regulamentos em vigor aplicáveis.
- 3.4. O adjudicatário obriga-se a executar, nas condições de preço contratadas, todos os trabalhos enumerados no contrato, caderno de encargos e todos os estudos subsidiários necessários para um perfeito esclarecimento do projecto na realização do empreendimento.
- 3.5. O adjudicatário assume plena responsabilidade pelos serviços contratados, sendo, portanto, o único responsável perante o Município de Leiria.
- 3.6. Fica, porém, isento de responsabilidade pelos erros e ou deficiências que resultem directamente do cumprimento de instruções escritas transmitidas pelo Município de Leiria e que lhe tenham merecido contestação escrita.

4. Elaboração de Estudos e Projetos:

- 4.1. Os projetos de execução a apresentar, bem como os respetivos elementos essenciais à execução da intervenção preconizada, serão elaborados de acordo com as "Instruções para a elaboração de projetos e



**T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO
- LEIRIA**

obras” aprovadas pela Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, bem como de acordo com as condições do caderno de encargos.

- 4.2. Os projetos de execução referidos em 4.1. abrangerão os trabalhos a realizar no âmbito da prestação de serviços, objeto do presente procedimento, os quais compreendem a elaboração de projeto de estrutura viária incluindo os termos de responsabilidade, as memórias descritivas e justificativas, quadro-resumo de áreas úteis e área bruta propostas, com indicação de eventuais desvios relativamente às áreas indicadas nos normativos aplicáveis, cláusulas técnicas gerais e especiais, bem como as respetivas medições detalhadas, orçamento definitivo (por projeto e global), quantidades de trabalho e peças desenhadas, designadamente:

- Levantamento Topográfico, a validar, antecipadamente, pelo M.de Leiria;

O Estudo Prévio que deve conter:

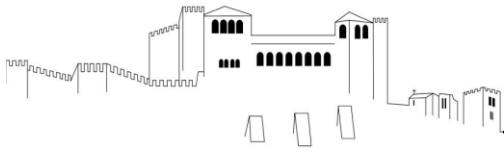
- Memória descritiva do projeto;
- Peças desenhadas necessárias para o correto entendimento da proposta;

O Anteprojeto de Arquitetura que deve conter:

- Memória descritiva do projeto;
- Peças desenhadas necessárias para o correto entendimento da proposta;

O Projeto de Execução que deve conter:

- Coordenação geral de projetos;
- Peças escritas e desenhadas necessárias para o correto entendimento da proposta (incluindo M. Descritiva)
- Projeto de vias de comunicação, incluindo:
 - Pavimentação;
 - Passeios;
 - Taludes.
 - Planta de Acabamentos e Acessibilidades;
 - Peris transversais tipo;
 - Pormenores construtivos;
 - Projeto de Sinalização e Segurança (sinalização vertical e horizontal);
- Projeto de Sinalização Viária;
- Projeto da Rede Pública de Drenagem de Águas Pluviais;
- Projeto de Infraestruturas Elétricas e ITUR;
- Plano de gestão e prevenção de resíduos da construção;
- Plano de Segurança e Saúde em projeto, com indicação do coordenador de Segurança em projeto;
- Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto que ateste a compatibilidade entre os vários projetos de especialidade, elaborado nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 10º do



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março;

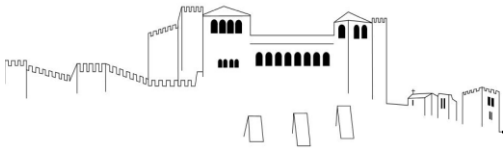
Todos os projetos deverão também conter:

- Mapa global de quantidades de trabalho, de todas as especialidades, compilado num único documento, de forma a não criar numeração repetitiva de artigos, elaborado em Excel;
- Mapa global de orçamento de todas as especialidades, compilado num único documento, em estrita harmonia e coerência com o mapa global de quantidades de trabalho, de forma a não criar numeração repetitiva de artigos, elaborado em Excel;
- Termos de responsabilidade, memórias descritivas e justificativas de todos os projetos, cálculos justificativos, cadernos de encargos de todas as especialidades;
- Cláusulas técnicas gerais e cláusulas técnicas especiais, com especificações técnicas dos trabalhos dos vários projetos de especialidades;
- Cadernos de encargos dos materiais a empregar e modo de execução dos trabalhos;
- Condições técnicas especiais de todas as especialidades.
- Trabalhos de arqueologia, tendo em conta o ponto 5.5.

- 4.3. Todas as peças do projeto deverão estar devidamente assinadas pelos seus autores e acompanhadas dos respetivos termos de responsabilidade previstos na legislação aplicável.
- 4.4. O adjudicatário obriga-se a alterar ou completar os projetos de licenciamento ou execução, de acordo com nova legislação que venha a ser publicada ou entre em vigor no prazo de elaboração do projeto, bem como com as exigências previstas nos pareceres vinculativos das entidades envolvidas, em fase de licenciamento ou servidões e condicionantes, previstas em PDM.
- 4.5. Será da responsabilidade e encargo do adjudicatário promover as diligências necessárias para a obtenção dos cadastros das restantes infraestruturas, junto das entidades competentes, bem como a validação e confirmação dos cadastros disponibilizados, até à fase do projeto de execução.

5 Acompanhamento dos projetos de execução:

- 5.1. Os Técnicos indicados pelo Município de Leiria acompanharão todo o desenvolvimento do projeto, desde o início do contrato até à sua conclusão, devendo ser o projeto iniciado com uma reunião, no Município de Leiria.
- 5.1.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, aquando da celebração do contrato, é da responsabilidade do adjudicatário promover o contacto com a Divisão de Projetos e/ou Departamento, no sentido de articular com os responsáveis a metodologia de trabalho a desenvolver, o planeamento acompanhado, externalidades significativas que possam ter impacto no início e desenvolvimento dos projectos de execução, bem como estabelecimento formal de contactos entre os interlocutores privilegiados entre o adjudicatário e os designados pela Divisão de Obras Municipais.
- 5.2. Incumbirá, ainda, ao adjudicatário promover, por sua iniciativa, e participar em reuniões de trabalho, com a periodicidade que se julgar conveniente, quando assim for aplicável, com os interlocutor(es) designados pela Divisão de Projeto e/ou Departamento, no Município de Leiria ou em outro local a definir oportunamente, em qualquer altura da vigência do contrato e sempre que necessário, desde o estabelecimento das bases programáticas ou de outras directivas necessárias à satisfação do contrato até à aprovação, pelo Município de Leiria, dos projectos de execução do presente procedimento. Compete também ao adjudicatário, apresentar sugestões tendo em vista a resolução dos problemas levantados pela forma mais adequada, quer técnica, quer funcional, quer económica.



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

- 5.3 Nas reuniões referidas em 5.2 e conforme a natureza dos trabalhos, participarão todos ou parte dos componentes da equipa projetista, mas sempre o coordenador ou um seu delegado, bem como os técnico(s)s representante(s), designados pela Divisão de Projetos e/ou Departamento.
- 5.4 Do que for tratado e resolvido em cada reunião será elaborado um relatório/ata pelo coordenador do projeto, que o apresentará devidamente assinado ao representante do que é o 1º outorgante, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data da reunião a que diga respeito, para que todos os intervenientes o possam analisar antes da reunião seguinte.
- 5.5 Tendo em conta o Património Arqueológico identificado na Planta de Ordenamento – Valores Patrimoniais do PDM de Leiria (extratos anexos), será necessário cumprir o definido em Regulamento em vigor (disponíveis em www.cm-leiria.pt) e reunir com os serviços técnicos de arqueologia municipal.

6. Alterações exigidas:

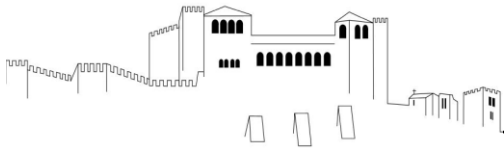
- 6.1 O adjudicatário obriga-se a executar todas as alterações necessárias aos programas de trabalho e estudos parcelares decididos pelo Município de Leiria.
- 6.2 As alterações aos projetos já elaborados e aprovados ou trabalhos novos resultantes de razões não imputáveis ao adjudicatário serão pagos de forma a acordar antes da sua realização, nos termos legais aplicáveis.
- 6.3 O prazo para introdução de alterações aos projetos já elaborados e aprovados ou trabalhos novos resultantes de razões não imputáveis ao adjudicatário, será acordado pelas partes outorgantes.

7. Assistência técnica ao projeto de execução:

- 7.1 Durante os períodos de planeamento e de elaboração dos projetos de execução, o adjudicatário obriga-se a responder pela assistência ao mesmo, podendo delegá-la num técnico de reconhecida competência em trabalhos similares, aceite pelo Município de Leiria.
- 7.2 Ao adjudicatário não competirá a direção técnica, administrativa ou fiscalização da obra, sem prejuízo da assistência técnica que lhe incumbe e na medida em que a mesma lhe seja requerida, nomeadamente no respeitante:
- Ao esclarecimento de dúvidas de interpretação e à prestação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões dos projetos;
 - À apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelos fornecedores ou empreiteiros da obra;
 - À assistência da entidade encarregada da fiscalização da obra, na verificação da qualidade dos materiais, da execução dos trabalhos e do fornecimento e montagem dos equipamentos e instalações e elaboração dos respetivos pareceres;
 - Durante a fase de execução da empreitada, o adjudicatário obriga-se a acompanhar e a prestar a assistência técnica com uma periodicidade semanal, e sempre que o desenvolvimento dos trabalhos o justificar.

8. Exemplos a fornecer à Câmara Municipal de Leiria e modo de apresentação:

- 8.1 Da presente prestação de serviço, serão fornecidos ao Município de Leiria 1(uma) cópia do Estudo Prévio e Anteprojecto (caso existam no ponto 9) e 3 (três) exemplares completos do Projeto de Execução (após terem sido licenciados/aprovados/certificados, pelas entidades competentes) em formato de papel, devidamente subscritos pelo coordenador da equipa projetista e pelos autores dos projetos setoriais, possuindo um dos exemplares a aposição de "ORIGINAL" em todas peças escritas e desenhadas. Além destes exemplares, deverá ainda ser fornecida uma coleção em suporte informático das:
- PEÇAS ESCRITAS, apresentadas em Word 2007 e/ou Excel 2007, consoantes os casos (versão EDITÁVEL) e PDF (versão NÃO EDITÁVEL);

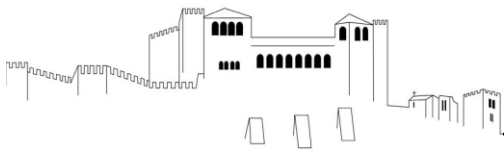


Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

- b) PEÇAS GRÁFICAS, apresentadas em AutoCad 2010 ou versão compatível, em formato EDITÁVEL em DWG – e NÃO EDITÁVEL, em DWF e PDF;
- c) Todos os ficheiros devem ser nomeados com o máximo de 15 caracteres, sem espaços, cedilhas e acentos;
- d) O MQT (mapa de quantidades de trabalhos) deve apresentar-se numerado, sequencialmente, em todos os capítulos, artigos e subartigos, de forma crescente.
- e) Em sede de entrega das diversas fases de projeto será fornecido um Power Point para apresentação síntese do projeto, de apoio à decisão.
- 8.2 Os exemplares de todos os projetos adjudicados serão devidamente individualizados e organizados (quer em papel, por especialidade, quer informaticamente, por especialidade, com as peças a serem disponibilizadas, por pasta informática individualizada (numerada) e constituída por sub pastas que contenham as peças em formato "EDITAVEL" e "NAO EDITAVEL" (PECAS ESCRITAS e PECAS GRAFICAS), sendo que para apresentação e aprovação nas entidades competentes e intervenientes no processo de licenciamento e/ou aprovação e/ou certificação, sob a forma exigida por aquelas entidades, legislação e regulamentos em vigor aplicáveis, sendo que as diligências técnicas inerentes são da responsabilidade do adjudicatário.
- 8.3 Os encargos respeitantes aos custos e/ou taxas de licenciamento/aprovação/certificação associados aos programas e estudos objeto do presente procedimento são da responsabilidade do Município de Leiria.
- 8.4 Da presente prestação de serviço, serão fornecidas ao Município de Leiria, no mínimo, 2 imagens 3D para, após aprovação do Projeto de Execução: de 300dpi e para outdoor (4x3m) ou (6x3m) de 160 dpi. de resolução.
- 8.5 Após a execução da empreitada, e, em articulação com o empreiteiro adjudicatário, da presente prestação de serviços, deverá ser fornecido ao Município de Leiria um exemplar das telas finais em formato papel, bem como deverá ser fornecida uma coleção em suporte informático, quer das peças escritas quer das peças desenhadas, conforme o definido em 8.1.
- 9. Local e prazos de entrega dos projetos de execução:**
- 9.1 Os estudos e projetos a realizar no âmbito da presente prestação de serviços deverão ser entregues no Departamento de Infraestruturas e Manutenção do Município de Leiria, até ao termo do prazo referido no número seguinte, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula 11.
- 9.2 Fases e prazos de entrega das várias fases de projeto:
- 1ª Fase: Entrega do Projeto de Execução – 15 dias a contar da data de assinatura do contrato;
- 2ª Fase: entrega do Projeto de Execução final após os pareceres das entidades: 30 dias
- 9.3 O prazo global é de 45 dias e começa a contar a partir da data de assinatura do contrato da presente prestação de serviços, sendo interrompido com a entrega das 1ª e 2ª Fases e reiniciado após comunicação para o efeito, por parte do Município de Leiria.
- 10. Prorrogação dos prazos contratuais:**
- 10.1 Será motivo de prorrogação dos prazos contratuais a existência de trabalhos além dos previstos no contrato.
- 10.2 Sempre que seja indispensável introduzir alterações aos projetos de execução ou fases dos projetos de execução já aprovadas, por razões não imputáveis ao adjudicatário, as datas previstas para ultimate das fases subsequentes àquela em que a alteração foi introduzida serão adiadas, se necessário, de um número de dias igual aos concedidos ao adjudicatário para executar as alterações determinadas.



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

10.3 Em qualquer dos casos referidos, a prorrogação do prazo será sempre objecto de acordo prévio entre as duas partes contratuais e deverá ser pedida, por escrito, pelo adjudicatário, com justificação adequada.

11. Penalidades:

11.1 O não cumprimento do prazo global para conclusão do projecto, e desde que os atrasos não resultem de motivos de força maior ou outros devidamente justificados e alheios ao adjudicatário e como tal aceites pelo Município de Leiria, implicará, cumulativamente, a aplicação das seguintes multas a descontar no primeiro pagamento seguinte de honorários:

- a) 1 (um) por cento da prestação dos honorários respeitantes à entrega do projecto, por cada período correspondente a um décimo do respectivo prazo;
- b) 3 (três) por cento da prestação dos honorários respeitantes à entrega do projecto, por cada período subsequente de igual duração ao estabelecido na alínea anterior – um décimo do prazo global.

11.2 As importâncias devidas pelo adjudicatário como resultado da aplicação das penalidades referidas anteriormente são desde logo deduzidas nos honorários devidos pelo Município de Leiria.

11.3 Se o total das penalidades exceder o valor dos honorários a receber, nessa fase ou nas fases seguintes, são acionados os mecanismos legais para a cobrança, reservando-se o Município de Leiria o direito de exigir indemnização por perdas e danos eventualmente resultantes do não cumprimento pelo adjudicatário e por facto que lhe seja imputável, das obrigações emergentes do contrato.

11.4 Por requerimento devidamente fundamentado do adjudicatário, poderá não ser aplicada as penalizações previstas, se o atraso resultar de caso fortuito ou de motivo de força maior devidamente reconhecidos pelo Município de Leiria.

11.5 No requerimento referido no número anterior, o adjudicatário indica o prazo para o cumprimento da obrigação em falta.

11.6 Independentemente da aplicação das penalidades previstas, ao Município de Leiria poderá exigir do adjudicatário o pagamento de indemnização complementar, no montante de 50% do valor adjudicado, pelas perdas e danos causados pelo não cumprimento das suas obrigações, por facto que lhe seja imputável.

11.7 Pelos encargos suportados pelo Município de Leiria resultantes de erros e omissões do projecto que decorram de obrigações de concepção, invocados pelo empreiteiro dentro do prazo legal, ouvido o adjudicatário e aceites pelo dono da obra, no que o seu valor ultrapasse cinco por cento do valor de adjudicação da obra nova ou no caso de remodelação ou adaptação, será o adjudicatário responsabilizado até ao limite do triplo dos honorários a que tenha direito ao abrigo do respectivo contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações.

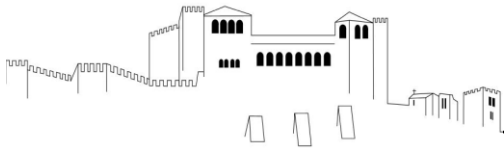
11.8 O disposto no parágrafo anterior não invalida ou atenua as responsabilidades perante a lei, dos técnicos autores daqueles estudos ou projetos.

12. Rectificação de trabalhos:

12.1 Assiste ao Município de Leiria o direito de exigir ao adjudicatário a eliminação de erros e omissões aos projectos de execução, da responsabilidade deste, durante a elaboração dos mesmos.

12.2 Poderá o Município de Leiria, em face de circunstâncias excepcionais, mandar suspender qualquer fase dos estudos em curso, por não cumprimento, por parte do adjudicatário, de instruções recebidas que caibam dentro do presente caderno de encargos.

12.3 Nestas circunstâncias o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

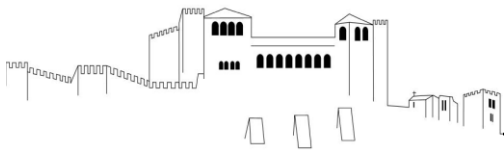
13. Rescisão do contrato:

Poderá haver rescisão do presente contrato nos seguintes casos:

- a) Por iniciativa do Município de Leiria, quando o prazo para entrega de qualquer uma das fases for excedida para além de trinta dias. Não haverá neste caso, direito a qualquer indemnização a favor do adjudicatário;
- b) Por iniciativa e conveniência do Município de Leiria e em qualquer altura, quando se verificar que a actuação do adjudicatário não satisfaz ou não se revela em condições de desempenhar satisfatoriamente as obrigações que lhe incumbem, recebendo neste caso uma parte dos honorários tendo em atenção os trabalhos já entregues e os prejuízos que para a Autarquia resultarem da rescisão e da necessidade de incumbir a outrem essas obrigações;
- c) Por iniciativa e conveniência do Município de Leiria e após a entrega de qualquer uma das fases do projecto, tendo neste caso o adjudicatário direito a uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada, que, em nenhum caso excederá 1/4 da fracção dos honorários correspondentes à fase em elaboração;
- d) Por iniciativa do adjudicatário quando, por razões que não lhe sejam imputáveis, não se verifique a aprovação de uma fase dos estudos da qual depende o pagamento de uma das fracções de honorários, dentro de um prazo duplo do da entrega dessa fase, ou de noventa dias se aquele for inferior a este.

14. Honorários e pagamentos ao adjudicatário:

- 14.1 O valor dos honorários de projecto, serão os correspondentes ao valor da proposta adjudicada.
- 14.2 Os pagamentos dos honorários serão faseados de acordo com a seguinte distribuição:
 - 1ª Fração – Com a entrega do projeto de execução – 90% do valor da adjudicação;
 - 2ª Fração – Assistência técnica – 10% do valor da adjudicação.
- 14.3 Para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, e no caso de não ser exigida a prestação da caução, poderá o Município de Leiria, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do artigo 88.º do CCP.
- 14.4 O Município de Leiria, nos termos da legislação em vigor, reserva-se o direito de não iniciar a execução da empreitada correspondente aos presentes projetos, por motivos e factos alheios a esta autarquia, pelo que a fracção correspondente aos pagamentos dos honorários relativa ao acompanhamento e à assistência técnica não serão devidos ao adjudicatário, o qual renuncia a esta fracção a foro especial, bem como renúncia ao direito de qualquer tipo de indemnização por outros encargos em que possa incorrer.
- 14.5 Caso o Município de Leiria não inicie a execução da empreitada correspondente aos presentes projetos dentro do prazo de 360 dias a partir da data de aprovação dos projetos de execução, o Município de Leiria comunicará ao adjudicatário a sua autorização para libertação da retenção do valor dos pagamentos referida no ofício convite.
- 14.6 O prazo de pagamento das faturas respeitantes a cada uma das fases acima identificadas será de 60 (sessenta) dias e processada após a entrega e aprovação das fases do projeto apresentadas.
- 14.7 Em caso de uma decisão de cancelamento do contrato, e uma vez aprovada uma fase dos projetos de execução e iniciada uma nova, não será considerado válido o pagamento da totalidade dessa nova fase.
- 14.8 Os honorários de projeto, correspondentes à assistência técnica ao projeto, serão pagos em prestações trimestrais durante o decorrer da empreitada em proporção ao valor dos trabalhos à data efetuados, ou, no final desta.



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

14.9 A não comparência às reuniões periódicas a efectuar durante a fase de acompanhamento e assistência técnica confere o direito ao Município de Leiria de não liquidar os honorários correspondentes aos meses em que a respectiva falta ou faltas se verificarem.

15. Obrigações do primeiro outorgante:

O Município de Leiria obriga-se a apoiar, se solicitada nesse sentido, a intervenção do adjudicatário junto das entidades oficiais junto das quais seja necessário obter quaisquer elementos indispensáveis aos projetos e, se necessário, credenciá-los para a realização de quaisquer diligências junto dessas entidades.

16. Recursos:

Das penalidades impostas nos termos deste caderno de encargos, poderá o adjudicatário recorrer para a Câmara Municipal de Leiria.

17. Objecto do dever de sigilo:

17.1 O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Leiria, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

17.2 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

17.3 Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

18. Preço contratual:

18.1 Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos e programa de procedimento, o Município de Leiria deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que terá de ser inferior ou igual ao preço máximo fixado no presente procedimento, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, pelo valor de **€42.000,00 (quarenta e dois mil euros)**.

19. Condições de pagamento:

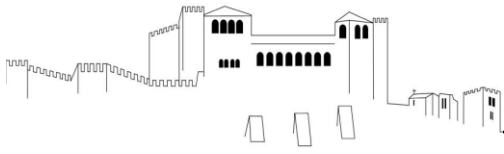
19.1 As condições de pagamento estão referidas no presente caderno de encargos em anexo. As facturas deverão ser enviadas para o Município de Leiria – Secção de Apoio Administrativo à Divisão Financeira, Largo da República, 2414-006 Leiria, com a indicação do respectivo processo e número de compromisso, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

19.2 Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço efectuado.

19.3 Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços prestados.

19.4 Em caso de discordância por parte do Município de Leiria, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

19.5 Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 20.1, os pagamentos são efectuados preferencialmente através de transferência bancária.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infra-Estruturas e Manutenção

T – 61/2019 | ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO NA RUA NOSSA SRA DA ENCARNAÇÃO - LEIRIA

20. Seguros:

- 20.1 São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, nos termos da declaração constante do anexo III, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
- 20.2 O Município de Leiria pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 10 dias.

21. Resolução de litígios:

- 21.1 Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

22. Subcontratação e cessão da posição contratual:

- 22.1 A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do código dos contratos públicos.
- 22.2 Os concorrentes que apresentem proposta deverão assegurar a utilização de recursos internos e com experiência comprovada na realização deste tipo de serviços, não sendo permitida a apresentação de agrupamentos de empresas.

23. Comunicações e notificações:

- 23.1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 23.2 Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

24. Contagem de prazos:

- 24.1 Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

25. Legislação aplicável:

- 25.1 O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,